

Social compensa perda na reforma agrária

Arquivo 18/5/88

O texto sobre a Saúde impede a comercialização de sangue e derivados, o que gerou uma das maiores polêmicas dentro da Constituinte. Os parlamentares contrários à matéria alertam que a decisão poderá causar um colapso na oferta de hemoderivados.

Com a promulgação da nova Carta, o trabalhador ao se afastar do serviço manterá a sua aposentadoria integral. Também ficou garantida a aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço para a mulher, que a legislação atual não prevê.

Também o futebol brasileiro será beneficiado com as futuras disposições constitucionais. A emenda sobre a Cultura e o Desporto disciplina o esporte e dificulta as liminares, como ocorreu nos últimos dias com a paralisação do campeonato paulista de futebol pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR).

O patrimônio cultural também será protegido pelo Estado que tem ainda o dever de incentivar as manifestações culturais.

ótêm conquistas

valor mínimo dos benefícios em um salário mínimo. Atualmente, o trabalhador rural ao se aposentar e as pensionistas chegam a receber, em muitos casos, meio salário mínimo, que é o menor valor previstos em lei.

Ficou mantida ainda a aposentadoria aos 35 anos de trabalho para o homem e aos 30 para a mulher, como ocorre hoje. Permanece a aposentadoria proporcional aos 30 anos para o trabalhador do sexo masculino. A mulher segurada, que não tem, pela legislação atual, esse direito, poderá aposentar-se aos 25 anos de serviço com valor proporcional. O percentual da redução do valor desse benefício será fixado por lei complementar.

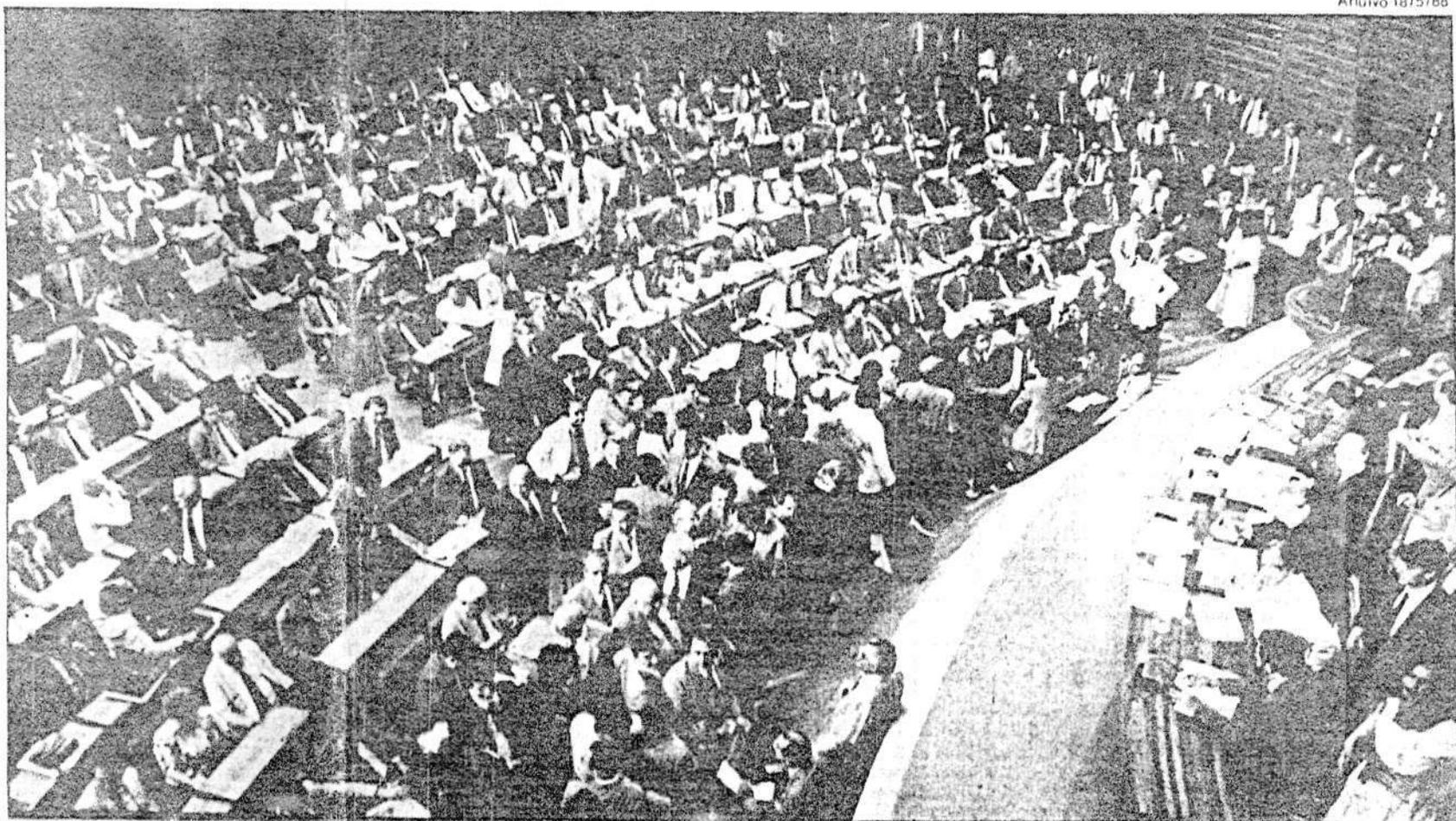
Para o funcionário público, foi mantida a gratificação natalina, que é o abono especial pago hoje, mas com base no salário do mês de dezembro, exatamente como dispõe a lei do 13º salário para os trabalhadores de empresas privadas.

e Comunicação

Congresso a analisar pedidos de concessão de canais de rádio TV, hoje tarefa do Presidente.

Artistas e jornalistas defendem a regionalização da produção cultural, artística e publicitária, para evitar, por exemplo, a discriminação dos sotaques, no rádio e TV.

Querem ainda garantir, pelo menos no papel, a liberdade de expressão e imprensa, com o fim da censura. Já é entendimento comum entre setores da Constituinte a necessidade de instrumentos para a defesa do ser humano perante a propagação de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde.



O plenário da Constituinte voltou a ficar lotado para votar Saúde, Educação e Previdência

Deputado prevê aumento de vaga nas escolas públicas só em 91

A aprovação do capítulo que trata da Educação vai permitir, a partir de 1991, a ampliação do número de vagas nas escolas públicas e a recuperação da qualidade do ensino no País. A previsão é do deputado Jorge Hage (BA), que liderou as negociações pelo PMDB sobre o assunto, ao analisar as votações da última semana na Constituinte.

«A nova Carta vai garantir maior concentração de recursos oficiais para as escolas públicas, ampliando o número de vagas e permitindo a recuperação da qualidade do ensino», avaliou o parlamentar.

A seu ver, os resultados da nova política educacional começarão a surtir efeito a médio prazo, mais ou menos daqui a três anos, que é o tempo necessário para a implantação da reforma tributária, instrumento necessário e revitalização do ensino no Brasil.

Ganhos

Pelo texto aprovado em plenário, a União terá que aplicar, no mínimo, 18% da sua arrecadação para a educação, quando atualmente são destinados apenas 13%. Na prática, significa um aumento real de 1,4%, uma vez que ao serem aplicados os dispositivos da nova Carta, a receita da União será menor. Em relação aos Estados, o crescimento será de 3,4% e os municípios terão mais 7,5% de recursos para o setor.

Ao lado do aumento da verba para educação, a Constituinte

aprovou também a manutenção do ensino gratuito nas escolas oficiais, à exceção daquelas que já não sejam inteiramente mantidas por recursos públicos. Neste último caso, estão incluídos poucos estabelecimentos em todo o País. A gratuidade plena acaba com as constantes ameaças do Governo de cobrar o ensino nas Universidades que são fundações.

Outro ponto importante incluído no texto constitucional é a obrigatoriedade de ensino noturno regular adequado às condições do aluno. Isto significa que, após a promulgação da Constituição,

desde o ensino de 1º e 2º graus até o universitário terá que abrir cursos noturnos.

Repases

Durante as votações, foram rejeitadas todas as emendas que visavam a permitir o repasse de recurso público ao ensino privado, como ocorre atualmente. A exceção ficou por conta das escolas filantrópicas e religiosas, o que vai manter a verba suplementar para universidades como a PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, de São Paulo e Belo Horizonte.

O deputado Jorge Hage destacou que uma das maiores vitórias do texto constitucional foi a derrubada dos lobbies das escolas particulares. Entre as emendas rejeitadas, uma das mais polêmicas era a do deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), que abria a possibilidade de se conceder bolsa de estudo a alunos de escolas superiores particulares.

«Atualmente as bolsas de estudos, dadas pelos governos federal, estadual e municipal, fazem parte do clientelismo político que na maioria das vezes beneficiam os estudantes com mais recursos, pagando até mesmo cursos particulares de inglês», denunciou Hage.

Outro desvio grave no repasse das verbas públicas é a destinação de auxílio e subvenções a escolas particulares a fundo perdido, citou o deputado pela Bahia.

Parlamentar acha que vai faltar sangue

Com a aprovação da nova Constituição será proibida definitivamente a comercialização do sangue e dos seus derivados. Este dispositivo, aprovado no capítulo que trata da saúde, foi o tema mais polêmico envolvendo as votações da última semana.

Os constituintes contrários à proibição dos homoderivados (como o ex-secretário de saúde do DF e deputado pelo PFL, Jofran Frejat) alegam que a decisão poderá causar um colapso na oferta dos derivados do sangue.

Já o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), médico e co-autor da emenda que proíbe o comércio de sangue, acredita que os investimentos do Estado no setor irão cobrir o espaço deixado pela iniciativa privada.

Unificação

O novo texto da Constituição também vai criar o Sistema Único de Saúde que significa a integração do setor público tanto a nível federal, estadual e municipal, com a participação de diversos ministérios entre si.

No mesmo capítulo ficou ainda definido claramente o dever do Estado para com a saúde. «Antes, significativa parcela da população dependia da caridade do médico ou da instituição, agora o Estado fica obrigado a prestar ou promover a



Saulo queria mais "bolsas".

Arquiv. 22/1/87